

IBGE: negros e índios têm menos chances

O Brasil ainda não corrigiu as distorções causadas pela escravidão. Desta forma as oportunidades de educação e de empregos são menores para as pessoas de ascendência negra ou indígena do que para os brancos: são pontos discutidos e apresentados pelo deputado Eduardo Matarazzo Suplicy com base em dados obtidos junto ao IBGE a respeito do grau de instrução e rendimento dos diferentes grupos étnicos. Assunto debatido segunda-feira no ciclo que se realiza no Sindicato dos Jornalistas, organizado pela Comissão de Negros do PT, cujo primeiro tema foi desemprego.

O problema da discriminação racial no Brasil quanto à igualdade de oportunidades para descendentes de escravos e indígenas, 94 anos após a abolição, ainda permanece?

"De acordo com o censo de 1980, dos 119 milhões de brasileiros 54,77% são brancos; 35,45% são pardos; 5,89% são pretos e 0,63% são amarelos. Podemos assim afirmar que são descendentes de negros ou de indígenas 44,34% da população", relata Suplicy. Ressalta o fato de entre os pardos o IBGE incluir mulato, mestiço, índio, caboclo, mameluco e cafuso, dificultando a identificação correta de todas as pessoas de raça negra, conforme protesto de Lélia Gonzalez, do Movimento Negro.

INSTRUÇÃO E RENDIMENTOS

De 102 milhões de brasileiros de 5 anos ou mais, 35% não têm instrução ou tem menos de 1 ano de instrução. Desta total, 25% são brancos, 15% amarelo e 48% são pretos ou pardos. Do outro lado do espectro, com 12 anos ou mais de instrução figuram 3,16% da população, ou 3 milhões, 240 mil e 577 pessoas. Os brancos pegam 4,9% desta faixa e amarelos 12%, ficando 0,9% para os de cor parda e 0,5% para negros.

As pessoas com rendimentos superiores a 10 salários mínimos dentro da população economicamente ativa (43 milhões) somam 1 milhão e 800 mil homens e apenas 227.280 mulheres. Somente 0,4% deste total e 1,1% correspondem a pretos e pardos, respectivamente.

DOMÉSTICA

Geralda Severino, da Associação das Empregadas Domésticas, afirmou que as empregadas se ressentem da falta de uma lei que as proteja. E, "quando a doméstica é negra a situação ainda é pior. Existem patroas que não aceitam". Muitas destas negras que ficam pela cidade são domésticas postas na rua pelos patrões, sem onde ficar.

A luta agora é para conseguir o FGTS. Só têm até o momento o 13.º e férias, isto quando o patrão quer pagar, pois se ele não quiser não paga e não há dispositivo legal para acioná-lo.